



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Órgão responsável: Fundo municipal do Idoso

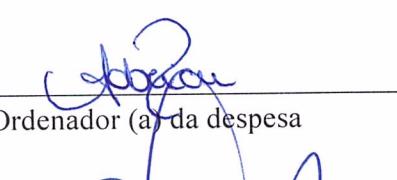
Objeto: Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder subvenção social às entidades que menciona, com fundamento na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, na Lei Complementar Federal nº101, de 04 de maio de 2000, e na Lei Orgânica do Município.

DECLARAÇÃO

Declaro, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e considerando a natureza do objeto, que o presente Projeto de lei não afetará as metas de resultados fiscais e:

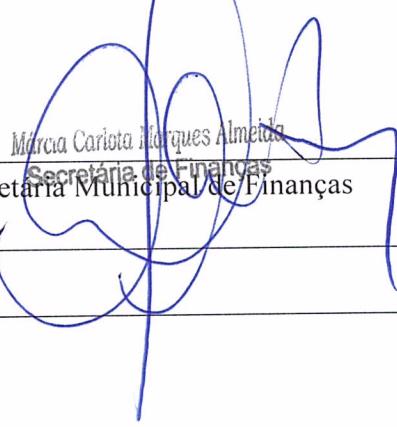
- não acarretará impacto orçamentário-financeiro; ou
 estimativa de impacto dispensada por lei;

Santa Luzia, 29 de abril de 2022.


Ordenador (a) da despesa

Ciente: _____

Márcia Carlota Marques Almeida
Secretaria de Finanças
Secretaria Municipal de Finanças





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Órgão responsável: Fundo municipal de assistência social

Objeto: Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder subvenção social às entidades que menciona, com fundamento na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, na Lei Complementar Federal nº101, de 04 de maio de 2000, e na Lei Orgânica do Município.

DECLARAÇÃO

Declaro, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e considerando a natureza do objeto, que o presente Projeto de lei não afetará as metas de resultados fiscais e:

- () não acarretará impacto orçamentário-financeiro; ou
() estimativa de impacto dispensada por lei;

Santa Luzia, 29 de abril de 2022.

Ordenador (a) da despesa

Ciente: _____

Márcia Carlota Marques Almeida
Secretaria Municipal de Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Órgão responsável: Fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente

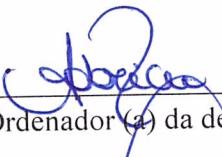
Objeto: Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder subvenção social às entidades que menciona, com fundamento na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, na Lei Complementar Federal nº101, de 04 de maio de 2000, e na Lei Orgânica do Município.

DECLARAÇÃO

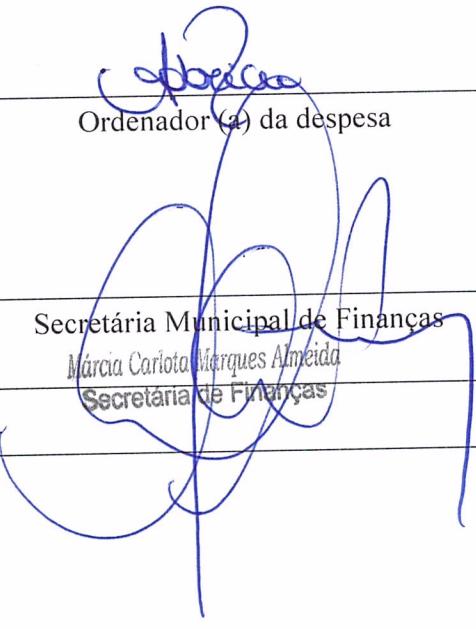
Declaro, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e considerando a natureza do objeto, que o presente Projeto de lei não afetará as metas de resultados fiscais e:

- não acarretará impacto orçamentário-financeiro; ou
 estimativa de impacto dispensada por lei;

Santa Luzia, 29 de abril de 2022.



Ordenador (a) da despesa

Ciente: _____


Secretaria Municipal de Finanças
Márcia Carlota Marques Almeida
Secretaria de Finanças